

---

---

# **terra roxa**

## **e outras terras**

Revista de Estudos Literários

---

---

DISCURSO LITERÁRIO: LINGUAGEM INTRINSECAMENTE DIFERENCIADA  
OU TEXTO INSTITUCIONALMENTE DETERMINADO?

Moacir Dalla Palma  
(FAFIPAR/PG-UEL)

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar questões acerca do discurso literário, dando-se especial ênfase nas teorias que vêem o texto literário como linguagem intrinsecamente diferenciada e na teoria de Carlos Reis, que vê o discurso literário como texto institucionalmente determinado. Através da análise dessas duas vertentes de conceituação do discurso literário, comparando com a idéia de que a literatura constrói-se histórica e culturalmente, chega-se a conclusão de que ambas trazem uma colaboração válida para se entender o que é a literatura, percebe-se, entretanto, que apenas uma visão mais ampla pode levar ao entendimento do discurso literário.

PALAVRAS-CHAVE: discurso literário; literariedade; instituição literária.

Este trabalho tem por objetivo discutir questões acerca do discurso literário, das possíveis definições e caracterizações deste. Buscar-se-á demonstrar que toda definição que se pretende definitiva deixa lacunas, não obstante o fato do discurso literário ter suas caracterizações, muitas vezes, evidentes. Já que, na leitura de uma determinada obra, percebe-se que alguma coisa leva a entendê-la como literatura ou não. Desde que, é lógico, seja um leitor experiente o suficiente para atentar-se a alguns aspectos específicos na elaboração da linguagem. Pensando desta maneira, tem-se a impressão que o texto é literário por apenas trabalhar a expressão, entretanto nem toda linguagem bem trabalhada é literatura. Sabe-se que a literatura é muito mais que isso, existem elementos outros que caracterizam o texto literário e o fazem ficar para a posteridade como representantes de determinadas épocas sócio-culturais.

Destarte, este estudo pretende evidenciar que a literatura, ou discurso literário, forma-se não só pelos seus aspectos intrínsecos, mas também pelo bom trabalho realizado pelo autor, evidenciando a sociedade e a cultura de sua contemporaneidade ou do passado. Isto não significa que um texto literário é bom porque representa bem uma determinada sociedade. Entende-se, sim, que um texto literário é bom porque é bem escrito, porque trabalha

a linguagem de forma criativa, porque utiliza os interstícios para enriquecer as possibilidades de leitura. O que se pretende evidenciar é que a literatura não é um fenômeno independente, ela é criada dentro de um contexto; numa determinada língua, num determinado país, numa determinada época, onde se pensa de uma determinada maneira, carregando em si marcas desse determinado contexto.

Nesse sentido, o discurso literário pode não ser apenas ligado aos procedimentos adotados pelo autor, mas também, e talvez mais diretamente do que se pensa, ligado ao contexto sócio-cultural no qual está inserido, evidenciando-se, nem sempre claramente, uma influência das instituições que o cercam na escolha de determinados procedimentos de linguagem. Para tanto, pretende-se, num primeiro momento, discutir alguns aspectos do discurso literário visto como linguagem intrinsecamente diferenciada. Por outro lado, num segundo momento, discutir o discurso literário entendido como texto institucionalmente determinado. Enfim, pensa-se em fazer um paralelo entre ambos, com intuito de demonstrar que o discurso literário é constituído histórica e socialmente, sem, no entanto, deixar de ter elementos que o diferenciam de outras formas de discurso, tais como: discurso histórico, discurso filosófico, discurso jornalístico, etc.

A idéia de que o discurso literário constrói-se a partir de elementos intrínsecos ao texto literário tomou corpo com os estudos realizados no início do século XX. Foram os formalistas russos que demonstraram uma preocupação com a materialidade do texto literário, recusando, num primeiro momento, explicações de base extraliterária. Neste sentido, o que importava para os integrantes do movimento era o procedimento, ou seja, o princípio da organização da obra como produto estético. Assim, a preocupação dos formalistas era investigar e explicar o que faz de uma determinada obra uma obra literária, nas palavras de Jakobson: “a poesia é linguagem em sua função estética. Deste modo, o objeto do estudo literário não é a literatura, mas a literariedade, isto é, aquilo que torna determinada obra uma obra literária” (Schnaiderman 1976: ix). A questão da literariedade como processo ou procedimento de elaboração está centrado nas estruturas que diferenciam o texto literário de outros textos. Desta maneira, Jonathan Culler afirma que:

essa literariedade possui três características fundamentais: 1) os processos do *foregrounding* (evidenciação) da própria linguagem; 2) a dependência do texto relativamente a convenções e os laços que o ligam a outros textos da tradição literária; e 3) a perspectiva de integração composicional dos elementos e dos materiais utilizados num texto. (1995: 48)

No que concerne à primeira característica, Chklovski, em seu trabalho de 1917, *Arte Como Procedimento*, reitera a idéia de Jakubinski de que há uma distinção entre a natureza da linguagem poética e a natureza da linguagem cotidiana, que ele nomeia, respectivamente, como língua poética e língua prosaica. A linguagem poética seria diferenciada da linguagem cotidiana porque a função referencial não se reduziria ao utilitarismo pragmático nem ao automatismo da percepção que caracterizam esta última. A linguagem poética, então, se caracterizaria pela ênfase na desautomatização da percepção que estaria como que adormecida pelo hábito e pelo pragmatismo que caracterizam a linguagem cotidiana. Portanto, o discurso literário se caracterizaria pelo desvio da linguagem cotidiana, sendo que esta ênfase na des-

automatização da percepção se dá pelo “procedimento de singularização dos objetos”, cuja função é oferecer novas informações sobre temas e objetos que integram a experiência cotidiana, que, no entanto, se encontram neutralizados pelo automatismo da percepção.

Centrados nos aspectos imanentes do texto literário, os formalistas russos vêem o discurso literário, basicamente, como procedimentos de linguagem que visam a desautomatização de hábitos de percepção através de um efeito de estranhamento, gerando com isso como que uma crise em tais hábitos, transformando, dificultando, obscurecendo a forma. Tais procedimentos têm o intuito de restaurar o ato do conhecimento ao exigir do receptor uma atenção mais intensa e demorada do que aquela conferida cotidianamente aos demais textos.

Dentro deste mesmo quadro, Roman Jakobson, já em um de seus primeiros estudos, quando ainda integrava o Formalismo Russo, ao afirmar a existência de uma função estética da linguagem, incorpora-se na tentativa de estabelecer uma linguagem própria para o texto literário. Quando reformula sua teoria em 1960, Jakobson afirma que a comunicação lingüística se realiza através de seis elementos, sendo eles: emissor, contexto, mensagem, contato, código e destinatário. Tais elementos geram, cada um deles, determinadas funções da linguagem. No caso, a função poética da linguagem se realizaria quando esta está centrada na própria mensagem, seria como se a mensagem poética estivesse voltada para si própria.

A proposta jakobsoniana, com base nas funções da linguagem (emotiva, referencial, fática, conativa, metalingüística e poética) deixa evidente que no discurso literário há um predomínio da função poética sobre as demais. Tal predominância, porém, não apagaria a referência, mas a tornaria ambígua. O que Jakobson fez foi criar uma poética que descrevesse as propriedades lingüísticas do discurso literário, deixando claro que, a partir deste ponto de vista, a literariedade se fundamenta na utilização de uma linguagem centrada na função poética, isto é, a mensagem da obra literária estaria voltada para si mesma, como se tal mensagem pré-existisse, antes mesmo de ser formulada. Desta forma, há que se concordar com Vítor Manuel Aguiar e Silva, quando ele diz que “a poética não é um subdomínio da lingüística” (Aguiar e Silva 2002: 74). Entretanto, não se pode concordar com a afirmação de que “não existe uma função poética da linguagem” (Aguiar e Silva 2002: 74), já que a linguagem literária tem suas distinções das demais utilizações da linguagem, ou seja, o discurso literário diferencia-se de outras formas de discurso, tais como: o discurso histórico, o discurso jornalístico, o discurso antropológico, e, até mesmo, do discurso lingüístico.

O que deve ficar claro, contudo, é que não significa que apenas uma função poética da linguagem caracteriza o texto literário como tal, pois se sabe que outras formas textuais possuem em seu discurso esta função da linguagem. Não se pode, portanto, pensar que todo texto que possui uma função poética da linguagem seria destarte um texto literário. Nem mesmo aqueles textos em que predominam tal função. Só que, torna-se evidente que a teoria jakobsoniana ajudou a perceber que existem singularidades no discurso literário. Singularidades estas que não se prendem, é óbvio, apenas à materialidade lingüística da obra. Já que, a própria noção de literariedade é construída histórica e culturalmente, o que significa que ela resulta de uma interação complexa que envolve tanto aspectos imanentes do fenômeno literário como os aspectos normalmente considerados como extraliterários.

Dentro desta concepção da literariedade como resultante da interação histórico-cultural, tem-se a literatura vista como texto institucionalmente determinado. A questão do discurso literário como texto institucionalmente determinado, traz à tona a discussão da existência de um “campo literário”, com fronteiras, segundo Carlos Reis, que delimitam o texto literário. Estas fronteiras, no entanto, são difíceis de se estabelecer, pois o texto literário envolve aspectos e elementos de outras áreas do conhecimento. Além ainda do fato, para o qual Carlos Reis chama a atenção, da delimitação das fronteiras de uma literatura nacional. O exemplo dado é o da Literatura Brasileira em relação à Literatura Portuguesa:

Que a questão não é pacífica, nem se resolve apenas tendo em atenção a independência do Brasil (por este critério, a Literatura Brasileira começaria rigorosamente em 1822), mostra-o o facto de diversos historiadores da literatura fazerem recuar esse início para aquém do século XIX. (Reis 2001: 22)

Sabe-se que nas instituições de ensino do Brasil, trabalha-se com a idéia de que a Literatura Brasileira tem início com a chegada dos portugueses em nossa terra. Mesmo para Antonio Candido, que propõe uma visão diferenciada, em sua obra *Formação da Literatura Brasileira*, nossa literatura iniciaria sua formação com as últimas academias e os primeiros árcades ilustrados, convencionando a data de 1750. Candido não deixa de afirmar, ainda, que os antecessores têm relevância como autores de textos literários, só não fariam parte do que ele considera como Sistema Literário. Nesse sentido, põe-se em questão o fato do Pe. Antônio Vieira pertencer, ou melhor, ser estudado tanto como representante do Barroco brasileiro como do Barroco português. Assim, fica evidente que os limites para caracterizar um determinado campo literário são complexos, visto que as obras literárias não possuem apenas uma motivação estética, esta é essencial sem dúvida, mas ela normalmente se insere num campo mais vasto, trazendo em si certo significado sociocultural.

Partindo deste princípio, Carlos Reis vai propor uma definição da literatura sob o ponto de vista institucional, ressaltando que tal condição do texto literário divide-se em três aspectos que, mesmo sendo autônomos, não devem ser considerados de maneira isolada, em suas palavras:

A literatura envolve uma dimensão sociocultural, directamente decorrente da importância que, ao longo dos tempos, ela tem tido nas sociedades que a reconheciam (e reconhecem) como prática ilustrativa de uma certa consciência colectiva dessas sociedades;

Na literatura é possível surpreender também uma dimensão histórica, que leva a acentuar a sua capacidade para testemunhar o devir da História e do Homem e os incidentes de percurso que balizam esse devir;

Na literatura manifesta-se ainda uma dimensão estética que, sendo decerto a mais óbvia, conduz a um domínio [...] que a encara fundamentalmente como fenómeno de linguagem ou, mais propriamente, como linguagem literária. (Reis 2001: 22)

Esses aspectos ou dimensões em que se enquadra o texto literário, do ponto de vista de Carlos Reis, deixam claro que a literatura não é caracterizada apenas por uma linguagem bem elaborada. Ela se caracteriza também por elementos socioculturais e históricos, trazendo

em seu bojo a ilustração de uma determinada época, de um período histórico. Percebe-se, por exemplo, que as obras literárias carregam em si as correntes de pensamento filosófico que permeiam o momento de seu surgimento, é o caso das obras naturalistas do final do século XIX que evidenciam o Determinismo de Taine, onde o homem é fruto da raça, do meio e do momento.

Pensar em literatura como instituição remete, desde logo, ao fato de que os autores estão inseridos dentro de um quadro de reconhecimento público, para uma afirmação no plano social. Portanto, são as instituições literárias que trazem isso a determinado autor, dando-lhe “notoriedade” e “estabilidade”, mesmo quando este renegue fazer parte destas instituições. Ser aceito, desta maneira, por uma academia, por exemplo, traria o reconhecimento e a consagração para o escritor, dando-lhe mais visibilidade junto ao público. As academias têm um papel fundamental neste sentido, pois normalmente são vistas como instituições socialmente e culturalmente importantes. Porém, há que se ter em mente que nem sempre as coisas funcionam tão bem assim. A Academia Brasileira de Letras, por exemplo, tem aceitado, em seu meio, autores que não possuem as qualidades estéticas literárias necessárias para que o autor fique para a posteridade, além de outros que nem se quer estão diretamente envolvidos com a produção literária. Pensa-se em Paulo Coelho, José Sarney, Roberto Marinho, Marco Maciel, etc. O que também não significa que não tenhamos dentre eles autores já consagrados como João Ubaldo Ribeiro, Néida Piñon, Lygia Fagundes Teles, etc.

De qualquer forma, não só por consagrar um autor, ao aceitá-lo entre os imortais, mas também, e principalmente, pela instituição de prêmios literários, as academias acabam fazendo o papel de garantir certa evidência de uma determinada obra literária, ou um determinado escritor, normalmente confirmando um certo prestígio público que o autor já teria. Os prêmios literários trazem em si, também, esta característica da literatura como instituição, já que tais prêmios conferem ao escritor um certo reconhecimento social e cultural, podendo até resultar em projeções internacionais. No caso do Brasil, o Prêmio Jabuti normalmente confere uma projeção nacional e o reconhecimento da obra do autor ganhador do prêmio, servindo inclusive como forma de propaganda para as editoras, que colocam na obra, que vai para as livrarias, uma anotação externa de que foi premiada naquele ano. Como afirma Carlos Reis, se o prêmio for o Nobel, aí então, não seria apenas a obra do ganhador que recebe destaque internacional, mas toda a literatura de seu país. No caso de José Saramago, não foi apenas sua obra ou a Literatura Portuguesa que teve visibilidade internacional, mas toda a literatura escrita em língua portuguesa.

Carlos Reis fala ainda de mais duas entidades que, de certa forma, ajudam na afirmação institucional da literatura. A primeira delas é a crítica literária feita em jornais e revistas especializadas, com intuito de recensear uma obra literária recente. Embora seja direcionada para um público não restrito ao estudo da literatura, muitas vezes, pelo reconhecimento que o crítico possui, esse texto acaba por influenciar o futuro da obra criticada. Como essa crítica literária é feita sobre obras do momento, corre-se o risco de se cometer equívocos, pois não só o tempo determinará se a obra fica para a posteridade, como também este tipo de crítica é feita sem o apoio teórico-metodológico necessário para o julgamento eficaz da literatura.

Outra entidade que valida a literatura como instituição são os sistemas de ensino. Eles participam diretamente da formação do cânone literário, através da força cultural e social de que se revestem. A literatura é utilizada como meio de ensinar a língua, fornecendo textos considerados como “lingüísticamente normativos” e “também representativos de uma identidade cultural que se pretende apurar e aprofundar” (Reis 2001: 37). Dentro deste aspecto, têm-se as instituições de ensino como formadoras de leitores que reconhecem na literatura a expressão de sua língua. Mas também, essas instituições seriam as formadoras do cânone, principalmente se pensarmos nas universidades, que fornecem hoje a grande maioria dos críticos literários. É dentro do ensino superior, principalmente nos cursos de Letras e ainda mais nas pós-graduações, que se tem a pesquisa e a interpretação dos textos literários para avaliá-los e, de certa forma, validá-los como pertencentes ao grupo de obras canonizadas.

Essas instituições, além de outras, como por exemplo o mercado editorial, de certa maneira influenciam na validação do discurso literário. Não só na validação, mas também na estruturação deste discurso, pois são várias as influências exercidas na construção da obra literária. O escritor pode ouvir o que o crítico fala de sua obra e modificá-la, assim como pode passar a ser reconhecido como tal se ganhar algum prêmio literário importante e sério. Não significa que a partir daí, ou da entrada na Academia, será considerado um escritor canonizado, muitos não foram e não serão, mas sem dúvida é um passo importante para sua carreira. Entretanto, não basta apenas ter o reconhecimento do prêmio ou da Academia. Sua obra deve ter também uma linguagem bem trabalhada, um enredo bem construído, personagens bem elaboradas, enfim, uma expressão estética necessária a qualquer obra que se pretende literária.

Definir discurso literário, destarte, torna-se tarefa extenuante e inglória, pois ao longo dos séculos várias foram as tentativas de se caracterizar a obra literária como tal, não se chegando a conclusões definitivas. É certo, porém, que na área de humanas, e principalmente na literatura, não existem conceitos fechados. Pensando por este ângulo, chega-se a conclusão de que o discurso literário, não se forma nem com uma linguagem intrinsecamente diferenciada nem como texto institucionalmente determinado. Na verdade, uma linguagem que num determinado período foi considerada pelas instituições como literária em outros períodos pode não ser. Assim como, as instituições da época de um determinado escritor podem não considerar sua obra como literária e posteriormente sua obra ser revista e passar a fazer parte do cânone. Desta forma, fica evidente que a obra literária é considerada como tal, segundo preceitos diferenciados para cada momento ou tipo de metodologia utilizada para avaliá-la.

Quando Aguiar e Silva fala da literatura como um sistema aberto, deixando claro que há elementos textuais que em determinados períodos são considerados extraliterários e noutros períodos passam a ser considerados como literários, percebe-se que o discurso literário, portanto, é construído histórica e culturalmente. Isto não significa que há mudanças radicais neste conceito, na verdade são aspectos da literatura que em determinadas épocas são valorizados e noutras não. Neste sentido, pode-se afirmar que o discurso literário é formado pelos dois aspectos acima abordados, ou seja, a literatura tem uma linguagem diferenciada e códigos específicos, em que há uma preocupação com a expressão, e, ao mesmo tempo, sofre a influência das instituições a ela vinculadas.

A literariedade, desta maneira, é conceituada não só pela linguagem diferenciada que gera o estranhamento, mas também histórica e culturalmente. Uma obra literária não pode ser apenas uma construção bem elaborada, mas deve também retratar o homem de sua época ou época anterior, com todas as suas angústias, desejos e forma de pensar. Tornando-se, assim, não apenas um material para ser estudado lingüisticamente, mas também e, principalmente, uma obra viva em que toda vez que se relê encontre-se algo novo e representativo do ser humano.

THE LITERARY DISCOURSE: A LANGUAGE INTRINSICALLY  
DIFFERENTIATED OR A TEXT INSTITUTIONALLY DETERMINED?

ABSTRAC: This paper aims to analyze the aspects of the literary discourse. Special emphasis is given to the theories which conceive the literary text as an intrinsically differentiated language and to Carlos Reis' theory, who sees the literary discourse as an institutionally determined text. Through the analysis of those literary discourse conceptualization approaches, regarding the opinion that literature is formed historically and culturally, we concluded that both present an important perspective to understand what literature is; however, it is perceived that only a wider point of view can lead us to the comprehension of the literary discourse.

KEYWORDS: the literary discourse, literariness, the literary institution.

OBRAS CITADAS

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. 2002. *Teoria da Literatura*. 8. ed. Coimbra: Almedina.

CANDIDO, Antonio. 2000. *Formação da Literatura Brasileira*. v. 1. 9. ed. Belo Horizonte: Itatiaia.

CHKLOVSKI, V. 1971. "A arte como procedimento." EIKHENBAUM, Boris. et alii. *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Trad. Ana Mariza Ribeiro. et alii. Porto Alegre: Globo, pp. 39-56.

CULLER, J. A. 1995. "Literariedade." ANGENOT, Marc. et alii (orgs.). *Teoria Literária: problemas e perspectivas*. Trad. Ana Luisa Faria & Miguel Terras Pereira. Lisboa: Dom Quixote, pp. 43-58.

EIKHENBAUM, Boris. 1971. "A teoria do método formal." EIKHENBAUM, Boris et alii. *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Trad. Ana Mariza Ribeiro. et alii. Porto Alegre: Globo, pp. 3-38.

JAKOBSON, Roman. s/d. "Lingüística e poética." *Lingüística e Comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein & José Paulo Paes. 10. ed. São Paulo: Cultrix, pp. 118-162.

REIS, Carlos. 2001. "A linguagem literária." *O Conhecimento da Literatura: introdução aos estudos literários*. 2. ed. Coimbra: Almedina. 103-165.

\_\_\_\_\_. 2001. “A literatura como instituição.” *O Conhecimento da Literatura: introdução aos estudos literários*. 2. ed. Coimbra: Almedina. 19-99.

ROBIN, Régine. 1995. “Extensão e incerteza da noção de literatura.” ANGENOT, Marc. et alii (orgs.). *Teoria Literária: problemas e perspectivas*. Trad. Ana Luisa Faria & Miguel Terras Pereira. Lisboa: Dom Quixote. 59-65.

SCHNAIDERMAN, B. 1971. Prefácio. EIKHENBAUM, Boris. et alii. *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Trad. Ana Mariza Ribeiro. et alii. Porto Alegre: Globo. ix-xxii.